

## Contribuição do Programa Santa Catarina Rural para o empoderamento do agricultor familiar catarinense

*Contribution of the Santa Catarina Rural Program to the empowerment of the Santa Catarina family farmer*

Caroline Vieira Ruschel\*  
Divonzir Anderson Navrotski\*\*

**Resumo:** A agricultura familiar é vista atualmente como a principal forma de gerar emprego, renda e qualidade de vida no campo, contribuindo para redução do êxodo rural, tratando na origem suas consequências no que tange aos problemas de sustentabilidade social, econômica e cultural. Este artigo tem como problema de pesquisa a seguinte pergunta norteadora: qual a influência que a política pública denominada Programa SC Rural exerce na vida dos agricultores familiares por ela assistidos? Como metodologia de pesquisa, utilizou-se a abordagem dedutiva, com técnica de pesquisa descritiva e exploratória, com métodos quantitativo e qualitativo, além da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, utilizando estudo de caso e entrevistas. Está dividida em quatro capítulos e tem como objetivo geral caracterizar a influência da política pública SC Rural na vida dos agricultores familiares por ela assistidos no período de sua vigência.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Jovem Rural. Políticas públicas. Programa SC Rural. Ação Jovem Rural.

\* Pós-Doutoranda em Ciências Ambientais pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Foi professora substituta da Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Ministra as disciplinas de Direito Ambiental, com experiência profissional na Advocacia Ambiental em gestão e prevenção de conflitos. Pesquisadora de Direito Ambiental e Constelação Familiar aplicada ao Direito. Consteladora Familiar.

\*\* Possui graduação em Administração pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (1998) e especialização em Administração Pública pelo Centro Universitário Cesumar (2014). Atualmente é Administrador da Universidade do Estado de Santa Catarina. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública.

**Abstract:** Family farms are a mean of generating jobs, income and quality of life in the rural setting. They contribute to reducing migration to the cities, as they address economic, cultural and sustainability problems at source, in the rural setting itself. Conscious of the need for public policies in this area of the economy that would combat the real threat of extinction of family farms, Santa Catarina executed, from 2010 to 2017, a public policy called SC Rural, aimed at increasing competitiveness in family farming. This paper uses a methodology of descriptive and exploratory research, with qualitative and quantitative methods, bibliographic, document and field research; case studies, and interviews. Divided into four chapters, its goal is to investigate the influence of the public policy SC Rural on the lives of the farmers benefited by the policy during its period of execution. Its specific goals are to analyze the categories income, quality of life, rural exodus, and the use of entrepreneurial practices.

**Keywords:** Public policies. Agricultural family business. Entrepreneurship. Program SC Rural.

## 1 Introdução

A agricultura tem recebido forte atenção por parte dos agentes políticos e da sociedade em geral, devido a sua importância econômica dentro e fora do país, pois o Brasil é hoje um dos grandes produtores mundiais de alimentos. Assim, faz-se necessária uma agricultura com mão de obra capacitada e com uso de modernas tecnologias para que se possa produzir de maneira sustentável, alimentos em quantidade suficiente a partir da demanda da população brasileira e do mercado internacional. (CALZAVARA; LIMA, 2004, p. 2, 50, 78, 272).

A necessidade de uma agricultura altamente produtiva e eficiente tem gerado debates, estudos e investimentos em políticas públicas voltadas ao uso de novas tecnologias, investimento em ensino e capacitações aos agricultores. (TEDESCO, 2001, p. 84). Nesse contexto de mudanças no campo, a inovação empreendedora, que adquire grande importância há algum tempo em outras áreas da economia, tem se estendido ao mundo rural, seja na grande propriedade ou na agricultura familiar. (SOARES, 2016, p. 40).

Partindo para uma análise mais específica em relação à agricultura familiar no Brasil, somente a partir da década de 90 este segmento agrícola passou a ter reconhecida sua relevância econômica e social. (SILVESTRO *et al.*, 2001, p. 7). Analisando a agricultura familiar catarinense, em razão de suas características geográficas e históricas, ela é representada pela

pequena propriedade familiar com relevância nos valores econômicos, políticos e sociais do Estado, representando uma barreira para a concentração de terras e riquezas no campo. (LIMA; WILKINSON, 2002, p. 127-128).

Mesmo diante da importância da agricultura familiar, historicamente verifica-se que houve, por parte dos governantes, uma preferência pela agricultura extensiva ou patronal, a qual já dispunha historicamente de grande vantagem competitiva em relação às pequenas propriedades. Nota-se, portanto, que a formação do agronegócio no Brasil teve enfoque político na grande propriedade, deixando de lado, por muito tempo, o pequeno proprietário rural que, por não contar com o apoio técnico, governamental e políticas públicas específicas para este segmento, ficou de certa forma marginalizado. (ALBA, 2008, p. 128).

Ainda que esteja nessa condição historicamente desfavorável, percebe-se atualmente uma maior e merecida valorização da agricultura familiar brasileira e, por conseguinte, a catarinense. Assim, a agricultura familiar passa a fazer parte da agenda governamental, após evidenciada sua importância econômica social e cultural, reconhecida por movimentos sociais rurais, pela sociedade em geral e ainda, pela comunidade acadêmica, em especial, por estudiosos da área das Ciências Sociais, especialmente pelos interessados na agricultura e ruralidade. (FROEHLICH; DIESEL, 2006, p. 15).

No início dos anos 90, pensar que a agricultura familiar teria o destaque que tem hoje, parecia otimismo demais. O fato é que atualmente a agricultura familiar passa a ter cada vez mais importância e ocupa diversos espaços de debate, desde aqueles realizados nas mídias até os realizados pelos agentes políticos, tendo suas necessidades disputadas por diversas entidades (TEDESCO, 2001, p. 337). A agricultura familiar tem hoje grande importância nas mais variadas regiões brasileiras. (SILVESTRO *et al.*, 2001, p. 6).

Mesmo assim, a agricultura familiar depende de políticas públicas que melhorem tanto as condições de trabalho e renda do produtor e de sua família, como voltadas à infraestrutura para transporte da produção, fornecimento de energia elétrica, telefonia, internet, lazer, educação e um investimento maciço também em qualificação do trabalhador rural, conscientização agroecológica e produção sustentável. A agricultura familiar ainda é carente de políticas públicas que melhorem as condições de vida no campo. (FROEHLICH; DIESEL, 2006, p. 183).

Este artigo tem como problema de pesquisa a seguinte pergunta norteadora: qual a influência que a política pública denominada Programa SC Rural exerce na vida dos agricultores familiares por ela assistidos?

Como metodologia de pesquisa, utilizou-se a abordagem dedutiva, com técnica de pesquisa descritiva e exploratória, com métodos quantitativo e qualitativo, além da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, utilizando estudo de caso e entrevistas. Importante destacar que esta pesquisa foi desenvolvida em nível de mestrado em Políticas Públicas, mas por delimitação de espaço do presente artigo, traremos, em um primeiro momento, informações sobre a Política Pública SC Rural, para depois demonstrarmos os resultados das pesquisas quantitativas e qualitativas.

Essas informações serão divididas em quatro capítulos e têm como objetivo geral caracterizar a influência da política pública SC Rural na vida dos agricultores familiares por ela assistidos no período de sua vigência. Dentre seus objetivos específicos estão a análise das categorias de renda, qualidade de vida, êxodo rural e emprego de práticas empreendedoras.

De acordo com a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, o Programa Santa Catarina Rural (SC Rural) é um programa de desenvolvimento rural concebido dentro de uma perspectiva de continuidade dentro da relação entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, conhecido como Banco Mundial. (SANTA CATARINA, 2014, p. 13).

## **2 Criação do Programa Santa Catarina Rural: breve histórico das políticas públicas catarinenses**

Os assuntos tratados neste capítulo têm como base o Manual Operativo Programa SC Rural (2014, p. 11-15). Assim, de acordo com este Manual, a relação entre o Governo de Santa Catarina e o Banco Mundial teve início em 1991, com um projeto voltado ao meio rural catarinense, o Projeto Microbacias/BIRD 1, conhecido popularmente como Programa Microbacias I, que trabalhou entre os anos de 1991 a 1999, com um orçamento total de U\$76,1 milhões – U\$33 milhões de empréstimo do BIRD e U\$38,6 milhões de contrapartida estadual – e focou na recuperação, conservação e manejo dos recursos naturais. Foi

um programa centrado na questão ambiental, mais precisamente nas microbacias hidrográficas do Estado, visando reduzir problemas de erosão e assoreamento causados pela forte atividade agrícola no relevo catarinense, que é bastante acentuado.

Esse programa conseguiu bons resultados com relação à cobertura de solo, redução de enchentes e da poluição e adoção de práticas conservacionistas por parte dos agricultores, principalmente nas regiões de maior produção de grãos no Estado – meio oeste e oeste de Santa Catarina. Em outras regiões com agricultura menos intensiva, ou menores áreas cultivadas, os resultados foram menos visíveis. As intervenções desse projeto foram relevantes para dar início a uma agricultura sustentável no Estado.

Com a finalização do Programa Microbacias I, em 1999, o Estado fez uma nova proposta junto ao Banco Mundial para mais um financiamento e então surgiu o Projeto Prapem/Microbacias 2, popularmente conhecido como Programa Microbacias II. Esse foi um programa de recuperação e de apoio ao pequeno produtor rural, que funcionou entre os anos de 2002 a 2009, com um orçamento total de U\$106,7 milhões, sendo U\$62,7 milhões de empréstimo do BIRD e U\$44 milhões de contrapartida estadual. Este projeto objetivou reduzir a pobreza rural, por meio de intervenções voltadas ao desenvolvimento do tripé social/econômico/ambiental no meio rural de Santa Catarina.

No final da década de 90, o objetivo mundial já era o desenvolvimento sustentável. Sendo assim, o BIRD apoiou um novo programa em razão de trabalhar não somente a questão ambiental, mas também a questão econômica e social, que formam o tripé da sustentabilidade. Desta forma, o SC Rural foi concebido com foco de atuação nessas três áreas. Nessa perspectiva, o Microbacias II iniciou sua atuação em 2002 em 936 associações de microbacias hidrográficas, envolvendo pouco mais de 141 mil famílias, que receberam assistência técnica e extensão rural, incluindo os jovens. Esse projeto ofereceu ainda capacitação para cerca de 153 mil pessoas, dentre agricultores, indígenas, líderes locais, jovens e técnicos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), em 289 municípios do Estado.

O Microbacias II teve como prioridade os municípios e microbacias nos quais havia maior concentração de pobreza rural e de degradação ambiental, tendo trabalhado a melhoria da renda, a conservação ambiental,

o investimento no saneamento básico e a melhoria de residências. O saneamento era uma deficiência grande no meio rural de Santa Catarina e as residências não tinham manutenção, além de um número significativo de residências serem muito antigas e com sérios problemas estruturais.

Assim, o Estado concluiu o Programa Microbacias II, em 2009, com as questões ambientais, sociais e econômicas trabalhadas. Com sua finalização em 2010, o Estado fez uma nova proposta junto ao Banco Mundial para mais um financiamento. Foi criado então o Programa SC Rural. Entretanto para outro financiamento, o BIRD propôs um novo desafio ao Governo do Estado de Santa Catarina: avançar na questão da renda e da competitividade na agricultura familiar, com capacitação.

Um fator que implicou nesse novo desafio é que, ao término de cada um desses Programas, foi realizada uma avaliação de impactos, ou seja, uma análise criteriosa e científica com pesquisa de campo para verificar quais foram os impactos gerados pelo Programa, tendo sido identificado que houve melhorias ambientais e sociais, entretanto, o avanço econômico das famílias foi pequeno ou até perderam renda.

Em outras palavras, a questão central da manutenção da agricultura familiar não estava tendo êxito, tampouco a questão da melhoria da renda, crucial para evitar um maior êxodo rural. Com esse desafio da geração de renda no campo proposto pelo Banco, o SC Rural foi desenvolvido voltado aos negócios agrícolas, organizações e capacitação da agricultura familiar. Esses foram os três pilares buscados pelo Programa.

Alguns problemas, como o êxodo rural, o envelhecimento da população do campo e a sucessão familiar, levaram o Governo de Santa Catarina a reconhecer que ainda era necessário investir tempo, trabalho e recursos, de forma ágil, para melhorar a renda e a qualidade de vida na agricultura familiar. O Estado enfrenta graves problemas como o êxodo rural de 2% ao ano entre os jovens.

Segundo o Levantamento Agropecuário de Santa Catarina (LAC), no qual foram entrevistadas 9.357 pessoas, os principais motivos para o abandono do campo em direção à cidade identificados foram: a) baixa renda (42% das respostas); b) possibilidade de estudar (22% das respostas); c) procura de matrimônio (18%) e; d) baixa qualidade de vida (18%). (SANTA CATARINA, 2003).

Além do êxodo rural há o problema do envelhecimento da população do campo, sendo que praticamente 50% dos chefes de família têm 50 anos ou mais e cerca de 30% dos estabelecimentos já não contam com filhos residindo na propriedade, o que compromete a sucessão familiar e a continuidade da agropecuária entre os agricultores familiares. A solução para a reversão desse quadro preocupante é a implantação de uma política pública que torne a agricultura familiar atrativa para os jovens e proporcione aumento de renda e da qualidade de vida ao agricultor e a sua família.

### **3 Caracterização e metas do SC Rural**

O Programa SC Rural trabalhou entre os anos de 2010 a 2016, tendo prorrogação até junho de 2017, com um orçamento total de U\$189 milhões para um período de 6 anos, sendo U\$90 milhões emprestados pelo BIRD e U\$99 milhões como contrapartida do Governo do Estado de Santa Catarina. Seu objetivo geral foi “aumentar a competitividade das organizações familiares em Santa Catarina” e objetivos específicos, “aumentar a produtividade e qualidade dos produtos agropecuários; a capacidade dos serviços públicos para promover a competitividade rural; a efetividade do setor público para aumento da disputa rural.” (SANTA CATARINA, 2014, p. 13).

De acordo com o Manual Operativo Programa SC Rural (SANTA CATARINA, 2014, p. 21-28), a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR) foi responsável por implementar e coordenar o Programa. Para isso foi constituída a Secretaria Executiva Estadual (SEE), que ficou responsável por planejar, organizar, coordenar, acompanhar, avaliar e difundir os resultados do programa, além de fazer a administração dos recursos financeiros, compras, contabilidade e contratar auditorias independentes para prestação de contas ao BIRD.

A SEE do SC Rural contou com uma Diretoria de Projetos Especiais, além de 4 gerências: Gerência Técnica; Administrativo-Financeira; de Investimentos Sustentáveis e uma Gerência de Projetos Especiais, além de servidores cedidos pelos órgãos executores do programa. Foi a SEE, através da Gerência de Investimentos Sustentáveis que fez a análise, seleção e priorização de projetos e propostas apoiados financeiramente pelo Programa SC Rural.

Subordinada à SEE foram criadas 10 Secretarias Executivas Regionais no Estado, encarregadas da administração do SC Rural em âmbito regional e de constituir o “Comitê Técnico Regional”, além de analisar, selecionar, aprovar e enviar para a SEE os projetos estruturantes e planos de negócios propostos pelos agricultores familiares em sua região. Como mencionado na metodologia de pesquisa, o foco desse estudo deu-se na Secretaria Regional do Sul Catarinense em razão da abrangência geográfica e de metas e objetivos do Programa.

Dando sequência a questão estrutural do SC Rural, houve ainda a participação das Secretarias Executivas Municipais (SEM) cujo secretário obrigatoriamente era um servidor da EPAGRI, com o papel de suscitar o Programa em âmbito municipal. Vale destacar que o SC Rural contou com organizações deliberativas e consultivas que tinham como função colaborar com as Secretarias Executiva Estadual, Regional e Municipal no desenvolvimento rural, recursos hídricos e turismo, por meio de Conselhos Estaduais já existentes em cada uma dessas áreas.

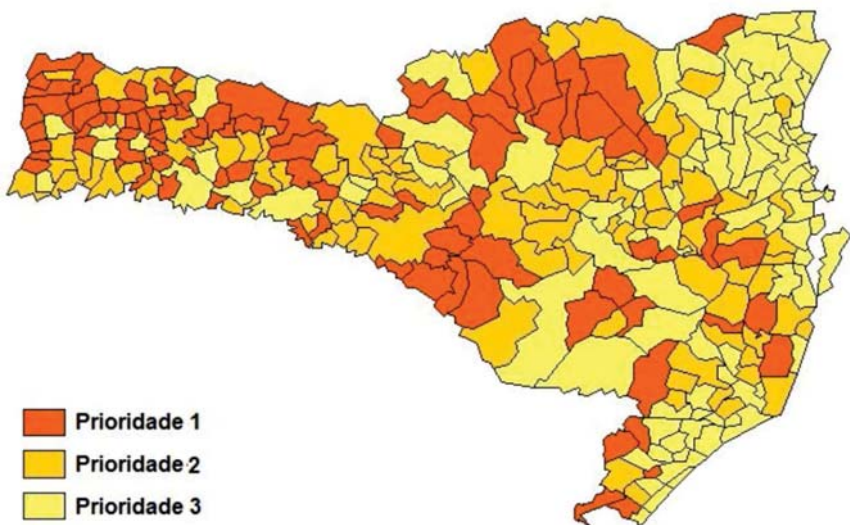
Ainda de acordo com o Manual Operativo Programa SC Rural (SANTA CATARINA, 2014, p. 15-19), subordinadas à SEE estavam a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC). Além disso, outros órgãos públicos trabalharam como parceiros da SEE na execução do Programa, como a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), a Fundação do Meio Ambiente (FATMA), a Secretaria de Estado da Infraestrutura (SIE), as Prefeituras Municipais, a Polícia Militar Ambiental (BPMA) e a Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte (SOL).

O Programa abrangeu todo o estado de Santa Catarina, ou seja, seus 295 municípios, com prioridade nas ações estruturantes e mais investimento nos municípios com maior incidência da agricultura familiar e menor índice de desenvolvimento humano (IDH). Além desses fatores, foi considerada a renda rural dos municípios nos aspectos socioeconômicos, que tiveram 70% do peso na definição da prioridade que cada município teria no SC Rural e os outros 30%, foram em razão da avaliação ambiental. Nesse último caso, foram adotados critérios com base na capacidade hídrica municipal nas áreas naturais alteradas e o índice de uso de agrotóxicos.



Dessa forma, foram 196 municípios priorizados pelo Programa, levando em consideração estes critérios e outros 34 municípios localizados no Oeste e no Planalto Norte catarinense, por pertencerem aos corredores ecológicos que compreendem as bacias hidrográficas dos Rio Chapecó e Rio Timbó, respectivamente. Divididos em 3 níveis de avaliação, o mapa 1 permite visualizar de forma ampla a distribuição dos municípios catarinenses de acordo com o nível de prioridade.

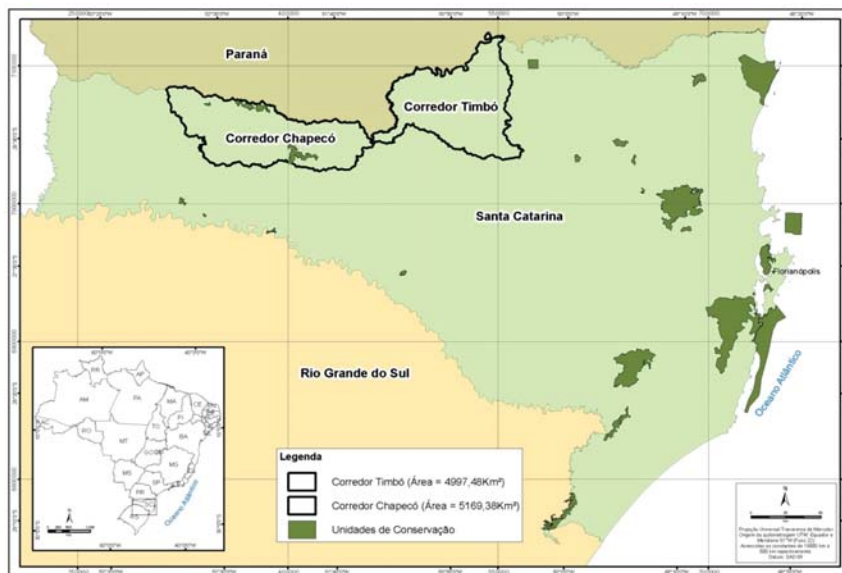
**Mapa 1** – Municípios priorizados pelo Programa SC Rural



Fonte: Manual Operativo do SC Rural (SANTA CATARINA, 2014).

O mapa 2 mostra a região que contempla os 34 municípios localizados no Oeste e no Planalto Norte catarinense, pertencentes aos corredores ecológicos das bacias hidrográficas dos Rio Chapecó e Rio Timbó.

## Mapa 2 – Corredores Ecológicos



Fonte: Manual Operativo do SC Rural (SANTA CATARINA, 2014).

No quadro 1 a seguir, estão relacionados todos os municípios enquadrados nos níveis prioritários 1, 2 e 3.

### Quadro 1 – Nível de priorização dos municípios

**Municípios Prioritários de Nível 1:** Ipuacú, São Miguel da Boa Vista, Cerro Negro, São Bernardino, Brunópolis, Timbó Grande, Sul Brasil, Guatambú, Entre Rios, Flor do Sertão, Nova Itaberaba, Xavantina, Santa Terezinha do Progresso, Paial, Barra Bonita, Tigrinhos, Bela Vista do Toldo, Calmon, Saltinho, Santa Terezinha, Arvoredo, Matos Costa, Bandeirante, Passos Maia, Major Vieira, Novo Horizonte, Jupiá, Abdon Batista, Princesa, Santiago do Sul, São José do Cerrito, Iraceminha, Coronel Martins, Capão Alto, Anchieta, Romelândia, Bocaina do Sul, Macieira, Bom Jesus do Oeste, Bom Jesus, Chapadão do Lageado, Campo Erê, Formosa

do Sul, Rio Rufino, Alto Bela Vista, Águas Frias, Lebon Régis, Monte Castelo, Leoberto Leal, Celso Ramos, Ipira, Frei Rogério, Angelina, Arabutã, Itaiópolis, Palma Sola, Abelardo Luz, Jardinópolis, Campo Belo do Sul, Imaruí, Ermo, Praia Grande, José Boiteux, Vargem, Santa Helena, Cordilheira Alta, Timbé do Sul, Irati, Serra Alta, Anita Garibaldi, Presidente Nereu, Jaborá, São José do Cedro, Paraíso, Dionísio Cerqueira, São Bonifácio, Morro Grande, Erval Velho, Ouro Verde, Ponte Serrada, Modêlo, Santa Rosa de Lima, Tunápolis, Guaraciaba, Saudades, Paineira, Belmonte, Vitor Meirelles, Papanduva, Cunhatal, São João do Sul, Águas de Chapecó, Marema, Ibiam, União do Oeste e Petrolândia.

**Municípios Prioritários de Nível 2:** Irani, Palmeira, Vidal Ramos, Ipumirim, Anitápolis, Alfredo Wagner, Botuverá, Catanduvas, Vargeão, Vargem Bonita, Águas Mornas, Quilombo, Irineópolis, Agrolândia, Armazem, São Martinho, Ibicaré, Zortéa, Peritiba, Lajeado Grande, Guarujá do Sul, Planalto Alegre, Campos Novos, Coronel Freitas, São João do Oeste, Caxambu do Sul, Rancho Queimado, Herval do Oeste, Riqueza, Três Barras, Caibi, Apiúna, Major Gercino, Rio do Campo, Gravatal, Rio das Antas, Treze de Maio, Aurora, Iomerê, Ponte Alta, Witmarsun, Arroio Trinta, Jacinto Machado, Treviso, Lindóia do Sul, Palmitos, Salete, Mirim Doce, Mondaiá, Rio Fortuna, Piratuba, Pedras Grandes, Santa Rosa do Sul, Iporã do Oeste, Ouro, Canoinhas, Dona Emma, Treze Tílias, Urupema, Salto Veloso, Capinzal, São Pedro de Alcântara, Campo Alegre, Agronômica, Bom Retiro, Água Doce, Paulo Lopes, Descanso, Orleans, Mafra, Canelinha, Galvão, Itapiranga, São Carlos, Taió, Presidente Castelo Branco, Doutor Pedrinho, Benedito Novo, Faxinal dos Guedes, Braço do Trombudo, Itá, Tangará, São Lourenço do Oeste, Antônio Carlos, São Cristovão do Sul, Garopaba, Ponte Alta do Norte, Pinheiro Preto, Rio dos Cedros, Xanxerê, Ibirama, Lacerdópolis, Correia Pinto, Nova Erechim, Lauro Müller, Imbuia, Laguna, Corupá e Curitibanos.

**Municípios de Nível 3:** Rio do Oeste, Bom Jardim da Serra, Lontras, Pouso Redondo, Monte Carlo, Atalanta, Seara, São

Domingos, Sangão, Cunha Porã, Luzerna, São Joaquim, Balneário Arroio do Silva, Chapecó, Presidente Getúlio, Santa Cecília, Balneário Gaivota, São Miguel do Oeste, Xaxim, Pinhalzinho, São João Batista, Urubici, Nova Trento, Rio Negrinho, Ilhota, Maravilha, Joaçaba, Porto União, Sombrio, Siderópolis, Içara, Camboriú, Trombudo Central, Grão Para, Araranguá, Videira, Urussanga, São João do Itaperiú, Jaguaruna, Meleiro, Guabiruba, São Ludgero, Penha, Laurentino, Maracajá, Lages, Nova Veneza, Otacilio Costa, Santo Amaro da Imperatriz, Navegantes, Turvo, Ituporanga, Passo de Torres, Ascurra, Rodeio, Morro da Fumaça, Governador Celso Ramos, Concórdia, Guaramirim, Cocal do Sul, Biguaçu, Caçador, Araquari, Porto Belo, Balneário Piçarras, Massaranduba, Palhoça, Fraiburgo, Garuva, Pomerode, Itajaí, Tijucas, Luís Alves, Criciúma, Brusque, Blumenau, Indaial, Itapema, Timbó, Gaspar, Barra Velha, Schroeder, Rio do Sul, São Bento do Sul, Capivari de Baixo, Tubarão, São Francisco do Sul, Jaraguá do Sul, Florianópolis, São José, Itapoá, Balneário Barra do Sul, Forquilha, Braço do Norte, Bombinhas, Joinville, Imbituba e Balneário Camboriú.

**Corredor Ecológico Timbó:** Bela Vista do Toldo, Caçador, Calmon, Canoinhas, Irineópolis, Lebon Régis, Major Vieira, Matos Costa, Porto União, Santa Cecília e Timbó Grande.

**Corredor Ecológico Chapecó:** Abelardo Luz, Água Doce, Bom Jesus, Coronel Martins, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Galvão, Ipuçu, Jupiá, Lajeado Grande, Macieira, Marema, Novo Horizonte, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, Quilombo, Santiago do Sul, São Domingos, São Lourenço do Oeste, Vargeão, Vargem Bonita e Xanxerê.

Fonte: Manual Operativo do SC Rural (SANTA CATARINA, 2014).

O Programa SC Rural foi idealizado tendo como beneficiários 90.000 agricultores familiares, estruturados por cooperativas, associações ou outras formas organizadas de produtores. Dentre esses agricultores

selecionados, o Programa definiu que 20.000 receberiam apoio financeiro para aprimorar a produção, implantar ou aperfeiçoar empreendimentos que passassem a agregar maior valor aos seus produtos e fomentar a organização de agricultores em grupos organizados para que pudessem, dessa forma, tornar-se mais competitivos. Desde a sua criação, o Programa definiu que os jovens rurais teriam forte atenção, sendo desenvolvidas ações específicas para eles, por serem mais vulneráveis ao êxodo rural, mas também por serem mais dispostos a aceitar desafios de mudança no campo. (SANTA CATARINA, 2014, p.19).

#### **4 Principais metas do SC Rural vinculadas às categorias de análise desta pesquisa**

O SC Rural tem como principal objetivo aumentar a competitividade da agricultura familiar do Estado que permita gerar renda, qualidade de vida, tornando o campo um local atraente para a manutenção da população rural. Entretanto, trata-se de um programa amplo, com mais de 180 objetivos, abrangendo diversas áreas, tendo forte atenção às questões ambientais no meio rural do Estado. (SANTA CATARINA, 2014, p. 37-39).

No quadro 2, são apresentadas as principais metas definidas pelo Programa durante sua vigência, as quais serão tratadas a seguir de acordo com o objetivo geral e específicos desta pesquisa, sua influência na vida dos agricultores por ele, o Programa beneficiados, focando nas categorias de análise desta pesquisa: renda, qualidade de vida, êxodo rural e o emprego de práticas empreendedoras na agricultura familiar catarinense.

**Quadro 2** – Principais metas do SC Rural selecionadas de acordo com as categorias de análise desta pesquisa

<b>Principais Metas do Programa SC Rural</b>	<b>Total Previsto</b>
<b>CATEGORIA DE ANÁLISE RENDA E PRÁTICAS EMPREENDEDORAS</b>	
<b>Investimentos Produtivos</b>	
Projetos (planos de negócios) envolvendo empreendimentos novos e existentes apoiados	500
<b>Melhoria e Diversificação dos Sistemas de Produção</b>	
Melhoria e diversificação dos sistemas de produção (agricultores com sistemas de produção melhorados)	20.514
<b>Apoio a Empreendimentos Não Agrícolas (turismo e artesanato)</b>	
N. de projetos de turismo apoiados (novos e existentes)	20
N. de novos negócios criados (não agrícolas)	110
<b>Defesa Sanitária Vegetal</b>	
Propriedades da agricultura familiar credenciadas no sistema de certificação fitossanitária	2.500
Unidades de processamento e pós-colheita de frutas adequadas a exigências fitossanitárias do mercado	240
<b>Defesa Sanitária Vegetal</b>	
N. de empreendimentos agroindustriais familiares legalizados junto ao Serviço de Inspeção Estadual	420
N. de estabelecimentos monitorados com análise de amostras microbiológicas, físico-químicas, fraudes e adulteração de água e produtos industrializados na agricultura familiar	400
<b>CATEGORIA DE ANÁLISE QUALIDADE DE VIDA</b>	
<b>Infraestrutura</b>	
Quilômetros de estradas rurais melhoradas	430
Projetos-pilotos de comunidades rurais digitais e telefonia fixa	30
<b>Legalização de Propriedades e Empreendimentos</b>	
Propriedades rurais com regularização fundiária	3.000
Nº de famílias c/ uso adequado de dejetos animais	3.500
Área de matas ciliares e reserva legal reabilitadas ou protegidas	2.000
<b>CATEGORIA DE ANÁLISE ÊXODO RURAL</b>	
<b>Capacitação</b>	
Famílias rurais capacitadas	45.000
Jovens rurais capacitados em empreendedorismo e inclusão digital	1.500
Número de capacitações de jovens rurais através de cursos de empreendedorismo	50
Número de capacitações para o turismo rural na agricultura familiar	15
Oficinas com famílias rurais em saneamento e produção de alimentos	1.500
Eventos de arte, cultura, e questões ambientais (oficinas, seminários, encontros) com alunos e professores	600
Número de palestras sobre educação ambiental e proteção ao meio ambiente	658

Fonte: Manual Operativo do SC Rural (SANTA CATARINA, 2014).

Ao analisar cada um dos 3 componentes dos programas, bem como as principais metas do SC Rural, conforme o quadro 2, percebe-se que se trata de um Programa com metas abrangentes e ousadas, onde são trabalhadas as questões econômicas, ambientais e sociais, que por si só já representam um grande desafio. Entretanto, a proposta de trabalhar este tripé de sustentabilidade, de maneira articulada e sistêmica, potencializa consideravelmente os desafios do Programa.

## **5 Execução do programa**

Neste capítulo são descritas as principais variáveis relacionadas a cada uma das categorias de análise propostas no método deste artigo, para possibilitar o entendimento de como essas variáveis foram trabalhadas e executadas.

### **5.1 Variáveis renda e práticas empreendedoras**

O SC Rural incentivou os agricultores familiares do Estado a adotarem práticas empreendedoras no campo, para aproveitar oportunidades que o mercado oferece e transformar isso em renda.

A questão de agregação de valor trabalhou com a perspectiva de colaborar com os pequenos produtores, a fim de prepará-los para atuar no mercado, oportunizando melhorias tanto nos negócios já existentes quanto em novos. Os investimentos procuraram a conformidade e legalização, por meio da compra de maquinário e equipamentos, construção ou reformas de instalações. Foram apoiadas conjuntamente práticas não agrícolas, como produtos manuais e a atividade turística, além de melhora e transformação nos sistemas de fabricação. (SANTA CATARINA, 2017, p. 26).

Em virtude de a SOL ter apresentado dificuldades na estruturação dos roteiros turísticos, na revisão de meio termo realizada em 2013, foi redefinida a meta de estruturar 30 roteiros turísticos em Santa Catarina, pois até aquele ano apenas 5 roteiros haviam sido trabalhados. Percebeu-se que os critérios definidos para tipificar um roteiro turístico eram difíceis de serem concretizados, pois foi definido que em cada roteiro teria que constar 6 municípios, e em cada um deles a obrigatoriedade da adesão de dez famílias de agricultores.

Em 2016, o Banco Mundial e a SEE sugeriram que fosse adotada nova metodologia para as atividades de turismo rural, servindo como teste em duas regiões do Estado. Se bem-sucedidas, seriam referência para aplicação no Estado. Diante disso, duas regiões foram escolhidas para apoio ao turismo rural. (SANTA CATARINA, 2017, p. 32-33):

- a) região do entorno do Parque Estadual Fritz Plaumann, no município de Concórdia, no Oeste catarinense, englobando também outros seis municípios: Itá, Seara, Peritiba, Ipira, Alto Bela Vista e Piratuba;
- b) região de Araranguá, no sul do Estado.

## **5.2 Variável qualidade de vida**

O SC Rural incentivou a sustentabilidade ambiental, preservando a qualidade do local onde vivem os agricultores familiares e de onde eles extraem sua produção que é o meio ambiente.

Quanto à regularização fundiária, a Secretaria de Estado da Agricultura realizou a ação de regularização de 3.000 propriedades de agricultores familiares. Para isso, foram realizados serviços de topografia, organização documental necessária para envio ao INCRA que faz a certificação das delimitações das propriedades. Esses documentos são indispensáveis para o processo de reconhecimento legal da posse da propriedade e consequente averbação no cartório de registro de imóveis do município. A escritura pública da propriedade, além de aumentar a segurança e autoestima do agricultor, é condição básica para ter acesso às políticas públicas. Outro aspecto respeitável a ser ressaltado, é que a regularização fundiária promovida pelo Programa SC Rural fornece as condições necessárias para o ajuste da propriedade às condições impostas pelas leis ambientais. (SANTA CATARINA, 2017, p. 30).

Aspecto crucial na busca da sustentabilidade da agricultura familiar é o respeito ao meio ambiente. Dessa forma, o SC Rural definiu que a demanda econômica não toleraria desrespeitar o meio ambiente, tendo que ocorrer harmonia entre os aspectos econômicos e ambientais dos projetos submetidos à aprovação pelo Programa para recebimento de recursos financeiros.

Sobre a questão relacionada ao controle da poluição, foi definido que medidas protetivas ao meio ambiente precisavam ser adotadas, estabelecendo providências como a construção de pequenos açudes e/ou



reservatórios. Em relação à utilização de agrotóxicos, foi definido que o SC Rural não apoiaria seu uso ou de qualquer tipo de seus derivados nas atividades realizadas pelos agricultores beneficiados pelo SC Rural. Caso a utilização de agrotóxicos fosse vista em propriedades de agricultores beneficiados pelo projeto, seria necessário estar de acordo com as leis vigentes e as propostas definidas no Plano de Gestão Ambiental (PGA) do SC Rural. Além disso, o Programa apoiou atividades voltadas ao ajuste e limitação do emprego de agrotóxicos.

As construções civis e/ou adequações de edificações contempladas pelo Programa precisariam respeitar a legislação ambiental. As estradas terciárias ou rurais precisariam ser planejadas, visando não causar danos ambientais e favorecer o deslocamento no campo. Os planos precisariam atender às recomendações do Programa, usando na elaboração de pesquisas, propostas e efetivação, respeitando conceitos ambientais.

Foi estabelecido que o SC Rural não daria apoio às práticas danosas ao meio ambiente; à aquisição ou de agrotóxicos e outras substâncias proibidas pela legislação nacional; ao reflorestamento com espécies exóticas destinadas à comercialização; às ações que levassem ao corte e exploração de mata nativa; ao uso ou processamento de produtos derivados de animais da fauna nativa resultantes de caça ou de criadouros não legalizados. Também não seriam apoiados pelo Programa o estabelecimento de negócios, obras e atividades sem a autorização ambiental prevista em lei; a inserção e propagação de espécies invasoras; qualquer ação relacionada à produção de fumo; a interferência em Áreas de Preservação Permanente (APP) para uso em atividade produtiva. (SANTA CATARINA, 2009, p. 59-64).

Necessitam ser destacadas algumas técnicas de extensão rural usadas por programas institucionais da EPAGRI, que já eram realizadas, mas com a ajuda do SC Rural puderam ser difundidas a um público maior de agricultores, contribuindo assim para uma agricultura mais sustentável e ecologicamente correta. Dentre estas técnicas cabe aqui destacar:

- a) o programa de fruticultura que incorporou proposições como a fabricação integrada e o controle de pragas, que diminuíram consideravelmente a carência de uso de agrotóxicos. O programa de produção adaptado da banana está relacionado na lista de exemplos de produção agrícola sustentável da FAO;

b) o projeto de olericultura que tomou como método fundamental o Sistema de Plantio Direto de Hortaliças, objetivando aprimorar o manuseio dos solos, diminuição da utilização de agrotóxicos e da adubagem química, tendo vantagens de eficiência e qualidade da fabricação. Essa estratégia permitiu a redução de 50% do uso de agrotóxicos na lavoura e o aumento do lucro líquido do agricultor em até 120%. Essa prática também está no rol de bons exemplos de produção agrícola sustentável na plataforma da FAO;

c) as atividades de extensão rural da produção leiteira no Estado tiveram como direção a produção usando pasto, dividindo as áreas que dispunham de água. Isso permitiu que o gado não tivesse que ir até os córregos e rios, mantendo a mata que protege a água, além de manter nos piquetes os dejetos produzidos pelo gado reduzindo a poluição dos rios e córregos. Esta ação teve grande aceitação e foi colocada em prática por muitos agricultores que tiveram apoio financeiro do SC Rural. (SANTA CATARINA, 2017, p. 52-56).

### **5.3 Variável êxodo rural**

As capacitações tiveram forte atenção do SC Rural para que o agricultor rural tivesse condições de produzir mais, melhorando a qualidade dos produtos e das formas de produção. A partir da revisão de meio termo que ocorreu em 2013, o Programa deu especial atenção aos mais vulneráveis ao êxodo rural, que são os jovens. Para isso, o SC Rural investiu maciçamente em capacitações e inclusão digital para essa parte da população.

Dessa forma, houve a solicitação proveniente dos cursos de formação de jovens, sendo que a SAR elaborou, em 2013, uma linha de crédito subsidiado para facilitar a compra de equipamentos de informática para uso próprio, no intuito de viabilizar o acesso à internet e propiciar a inclusão digital tão desejada pelos jovens rurais. Neste Programa, o projeto participava com 50% do valor do equipamento e o jovem com os outros 50%. Foi então criado o Programa Jovem Rural nas Asas da Inclusão Digital. (SANTA CATARINA, 2017, p. 44-45).

## **Considerações finais: resultado da pesquisa**

A política pública analisada mudou a realidade da agricultura na região, objeto desse estudo, ao permitir realizar melhorias em estrutura, maquinários, tecnologias que possibilitaram o desenvolvimento da produção. Assim, as famílias passaram a produzir mais e com melhor qualidade, tendo reduzido o esforço e o trabalho manual, bem como o número de horas destinadas à produção. A ergonomia também foi considerada para humanizar a produção e proporcionar melhor qualidade de vida aos agricultores familiares.

As capacitações levaram cada vez mais jovens a se interessar em melhorar seus produtos, criar novos ou até mesmo adotar uma nova atividade produtiva. O apoio financeiro proporcionado pelo SC Rural cria condições para que a agricultura familiar no Estado se modernize, surjam líderes e empreendedores capazes de assumir a gestão da propriedade, dando sequência à atividade, de forma viável e promissora o que, segundo os próprios beneficiários entrevistados, torna o campo mais atraente do que a vida na cidade.

Respondido o problema de pesquisa e o objetivo geral proposto, são trazidas a seguir breves considerações finais sobre cada um dos objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico traz o desafio de mensurar a renda entre os agricultores beneficiários do SC Rural. Em relação a esse objetivo, a pesquisa bibliográfica e documental permitiu constatar que houve aumento de 64% nas vendas entre 2009 e 2015. No mesmo período, o SC Rural possibilitou ampliar a abrangência da região atendida pelos beneficiários do Programa, com expansão das vendas, atendendo municípios de outras regiões e estados, que passou de 2% para 19%. Tal expansão tem como um dos principais motivos, a certificação e legalização dos produtos, tanto de origem animal quanto vegetal, que além de aumentar a Região de abrangência pelas vendas, agrega valor aos produtos e aumenta a renda dos agricultores familiares.

Houve aumento na receita líquida média por ano de R\$13.895,00 entre os jovens e de R\$ 10.000,00 entre os agricultores tradicionais. Além disso, 40,4% dos agricultores afirmam que houve crescimento nas vendas e 28,1% dos agricultores afirmaram que houve redução de custos. Em todas as entrevistas, os beneficiários relataram que houve aumento de renda, sendo que alguns jovens que investiram em novos negócios

afirmaram que sua renda aumentou em mais de 100%. Portanto, SC Rural capacita e dá condições de melhoria na propriedade e na produção para que a renda aumente.

O aumento da renda dos agricultores que participaram do Programa é perceptível, tanto ao estudar os números obtidos nos relatórios do mesmo, quanto ao analisar as entrevistas realizadas nesta pesquisa. A maior renda contribui para elevar a autoestima dos agricultores familiares, pois eles veem que seu trabalho dá resultados e isso os motiva a buscarem mais conhecimento e continuarem investindo, trabalho e dinheiro, para o crescimento contínuo da atividade que desenvolvem. Os agricultores entrevistados mostram orgulho em poder comprar coisas para si, seus familiares, investir na melhoria da propriedade e realizar viagens, o que antes diziam que não era possível, pois não tinham tempo, tampouco dinheiro.

Em relação ao segundo objetivo específico, que é descrever a qualidade de vida dos agricultores beneficiários do SC Rural, com base nas pesquisas bibliográficas e documentais e nos dados obtidos nas entrevistas, verifica-se que houve melhorias em infraestrutura com 474,8 km de estradas rurais melhoradas e 43 projetos implantados em comunidades rurais e em telefonia fixa.

O SC Rural viabilizou capacitações, melhoria nas edificações, aquisição de equipamentos e novas tecnologias o que reduz a carga de atividades laborais e permite aos agricultores terem lazer, trabalho mais humano e cada vez menos trabalho manual. Atualmente, conforme relataram os beneficiários entrevistados, há disponibilidade de tempo e dinheiro para fazer passeios e viagens e isso também melhora a relação entre os familiares que trabalham na propriedade.

A questão ambiental teve forte atenção por parte do Programa, através de aprovação somente dos projetos que não trouxessem impactos ambientais negativos, como a poluição das águas, destruição da mata ciliar e uso de agrotóxicos. Foi possível obter a informação nas entrevistas realizadas que a mudança de atividades comuns na região pesquisada, como o cultivo do fumo, o qual exige o uso de muito agrotóxico, para a produção de hortaliças orgânicas, melhorou a qualidade de vida do agricultor e também daqueles que consomem os produtos.

O terceiro objetivo foi relatar o êxodo rural entre os jovens que participaram do Curso de Formação em Liderança, Gestão e

Empreendedorismo na EPAGRI, durante sua execução. A pesquisa realizada mostra que o conhecimento adquirido pelos jovens rurais nestas 55 capacitações, proporcionou o aumento da renda e sua valorização na propriedade, pois eles passam cada vez mais a ser ouvido nas tomadas de decisões. Além disso, os jovens entrevistados citaram que atualmente, fazem a gestão do negócio da família em parceria com os pais ou até mesmo sozinho, o que facilita o processo de sucessão familiar.

As capacitações proporcionam melhoria da qualidade de vida dos jovens rurais, os quais passam a ter conhecimento e cada vez mais assumem papel de liderança na propriedade e na comunidade. As informações disponibilizadas nas capacitações e o uso da internet, facilita a relação com familiares, fornecedores e clientes, promove o empoderamento dos jovens rurais na sociedade, sejam eles moços ou moças.

Além disso, os jovens sugerem melhorias nas formas de produção, adoção de novas tecnologias e investem em negócios novos e próprios, que atendem às demandas dos clientes. Isso proporciona maior renda e possibilidade de um futuro promissor na agricultura, sem necessidade de migrar para a cidade e lá trabalhar de empregado e não ter a qualidade de vida que há no campo.

Vale destacar que na região Sul de Santa Catarina, foi feita uma pesquisa pela Secretaria Executiva Regional do Programa, a qual demonstra que 96% dos jovens que passaram pelo processo de formação do SC Rural continuam na propriedade e só 4% saíram do campo, sendo, portanto, dados relevantes e que mostram um cenário promissor para a agricultura familiar em Santa Catarina.

O último objetivo proposto foi o de analisar o empreendedorismo entre os agricultores familiares assistidos pelo SC Rural. Sobre este objetivo é possível afirmar, tendo como base as pesquisas bibliográficas, documentais e as entrevistas realizadas neste estudo, que este Programa plantou uma semente para o desenvolvimento do empreendedorismo na agricultura familiar, a qual rendeu bons frutos. Os agricultores que receberam capacitação na área desenvolveram a visão de que é preciso inovar sempre para se manterem competitivos, pois as demandas dos clientes mudam constantemente e aqueles que reconhecem as oportunidades criadas e colocam em prática prosperam e têm maior lucro.

O SC Rural capacitou entre 2013 a 2017, 1.806 jovens no Estado o que é um bom número inicial, mas que pode ser melhorado, considerando que nas entrevistas realizadas no sul catarinense, foi mencionado pelos jovens que muitos de seus amigos relatam a eles interesse em capacitar-se e ter apoio para desenvolver um projeto para criação de um negócio próprio na sua propriedade. Além do mais, é necessário que haja cursos de reciclagem continuamente para aqueles que já tiveram essa capacitação. Uma sugestão é a criação de *startups* e incubadores regionais, levando em consideração as realidades de cada região do Estado para incentivar e fomentar ainda mais o empreendedorismo na agricultura familiar catarinense.

O emprego de práticas empreendedoras nos negócios agrícolas familiares permite aumento da produção, da renda e da qualidade de vida. O uso de novas tecnologias valoriza o agricultor familiar, tornam o trabalho mais humanizado e aumentam a autoestima, criam perspectivas que entusiasmam os pequenos produtores rurais a continuar na atividade, em especial, os jovens. Por isso, as variáveis renda e adoção de práticas empreendedoras estão inter-relacionadas.

O incentivo à organização dos produtores em grupos para obtenção de recursos foi uma atividade praticada pelo SC Rural que possibilitou a viabilidade da compra em conjunto de equipamentos de alto valor, o que não seria possível de forma individual. Além disso, o incentivo à formação de grupo de agricultores permite acesso às políticas públicas como vendas ao PNAE, que propicia o comércio direto entre agricultores familiares e os governos das três esferas, sem intermediários. Permite-se assim, o aumento da renda e programação da produção, pois as vendas ao PNAE são certas, em datas e quantidades contratadas através de licitações, que priorizam as compras de produtos dos agricultores familiares organizados em associações ou cooperativas de produtores.

A organização de produtores familiares em grupos possibilita também a troca de experiências, a formação de associações e cooperativas onde os custos administrativos sejam reduzidos, a complementação das atividades por outros produtores, agregando valor aos produtos, aumentando a renda. Isso possibilita ao agricultor, que hoje é familiar, poder tornar-se um agricultor que não dependa de políticas públicas estatais para se desenvolver economicamente ainda mais.

Apesar dos sucessos obtidos pelo Programa durante sua execução, há ressalvas na sua fase inicial. Ficam então sugestões para melhor execução da possível continuidade do SC Rural. Seria relevante ter preparado melhor os técnicos da EPAGRI, desde o início do Programa, para auxiliar na elaboração das manifestações de interesse e dos projetos para obtenção de recursos por parte dos agricultores familiares, pois sozinhos os pequenos produtores, principalmente aqueles menos estruturados não teriam condições de fazê-los.

A morosidade nas aquisições e contratações, em razão da necessidade legal do processo licitatório, já era algo previsível para quem trabalha no serviço público. As ações e tratativas feitas pela SEE do SC Rural em conjunto com a SAR, a SEF e o TCE/SC para simplificação e celeridade nas aquisições, resultaram na possibilidade de dispensar licitação mediante a apresentação de três orçamentos. Tal simplificação, se houvesse desde o início do Programa teria dado maior celeridade e eficácia nas ações.

O Curso de Formação em Liderança, Gestão e Empreendedorismo na EPAGRI, teve início somente em 2013, ou seja, quase 3 anos após o início do SC Rural. Foi um tempo precioso desperdiçado, visto que essa capacitação se mostrou eficaz junto aos jovens rurais, que são os indivíduos mais vulneráveis ao êxodo. Por outro lado, é a população do campo mais disposta a aceitar desafios e correr riscos, características dos jovens e necessárias ao empreendedor.

Constatou-se que a vulnerabilidade desses jovens ao êxodo rural é maior entre as mulheres. Assim, as agricultoras familiares, em especial as jovens moças, necessitam ter atenção especial do Programa, para que sejam valorizadas e possam participar efetivamente da gestão e do processo decisório dentro da propriedade, o que tende a despertar maior interesse delas continuarem nas propriedades.

O SC Rural incentivou a organização dos agricultores familiares no Estado, isto deve ser aproveitado para que essas organizações de produtores possam opinar sobre desvios que ocorreram no Programa e que devem ser corrigidos. A realização de audiências públicas regionais antes de iniciar um novo SC Rural seria uma boa maneira do Governo do Estado de Santa Catarina de trazer a experiência de quem foi beneficiado pelo Programa para então corrigir os problemas. Entende-se ser saudável a realização dessas audiências públicas anualmente, para que não

demorem tanto para se constatar os problemas e fazer as correções necessárias no Programa.

Os demais órgãos que venham a trabalhar em parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca na execução do Programa precisam ter ciência do que caberá a eles (demais órgãos) assumirem compromissos que possam cumprir, para que não prejudiquem a execução das atividades.

Aumentar o número de órgãos do governo do Estado em um novo SC Rural, voltado ao aumento da competitividade da agricultura familiar catarinense, focado no aumento da renda através da profissionalização e implantação de práticas empreendedoras, tende a facilitar o atingimento desse objetivo.

A Universidade do Estado de Santa Catarina é um dos órgãos do Governo do Estado de Santa Catarina, possui cursos de excelência na área rural em Lages e na área administrativa em Florianópolis. Sua participação no novo SC Rural pode ser importante no intuito de contribuir para o aprimoramento do Programa que deve focar mais na questão da inovação. Dedicção de professores pesquisadores altamente qualificados permite que as atividades possam ser desenvolvidas de forma ágil e eficaz.

Em relação às falhas apontadas neste trabalho, pode-se afirmar que de modo geral, não comprometeram o sucesso do Programa. Afirar que o melhor planejamento e articulação entre os executores traria resultados ainda melhores ao SC Rural é uma suposição que precisaria de uma pesquisa mais aprofundada para que, talvez, pudesse ser confirmada com certeza. Fica como lição aprendida para próximas políticas públicas: o planejamento propicia alcançar os objetivos de maneira mais rápida e eficaz.

Vale destacar que foi constatado por meio das pesquisas bibliográficas e documentais e nas entrevistas realizadas no sul catarinense, que SC Rural mudou a vida das famílias por ele assistidas, proporcionou aumento de renda, qualidade de vida e desejo de continuar trabalhando e inovando no campo. Essas famílias demonstram estar felizes e satisfeitas com o que fazem. O SC Rural necessita ter continuidade, pois foi plantada uma semente de mudança na realidade da agricultura familiar do Estado. Entretanto, essa semente precisa de cuidado e atenção para que continue



a crescer e se desenvolver, caso contrário os avanços alcançados até então poderão perder-se ao longo do tempo.

O SC Rural teve excelente avaliação tanto por parte dos executores, beneficiários e pelo próprio BIRD, que o considerou como um dos melhores programas apoiados pelo banco no mundo. A continuidade do SC Rural é interesse do Governo de Santa Catarina, dos agricultores e do BIRD que já aprovou o SC Rural II. A continuidade desta ação depende da melhoria da nota de endividamento do Estado junto ao Governo Federal, visto que hoje, a nota atribuída ao Estado não permite a obtenção de novo financiamento com o consentimento do Governo Federal, pois este é fiador do Estado.

## Referências

---

- CALZAVARA, O.; LIMA R. de O. *Brasil rural contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão*. Chapecó: Argos, 2008.
- CHAVES, R.Q. *et al. Tomada de decisão e empreendedorismo rural: um caso da exploração comercial de ovinos de leite*. Londrina: Eduel, 2004.
- DIAS, R; MATOS, F. *Políticas públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas, 2012.
- DORNELAS, J.C.A. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- FROEHLICH, J.M.; DIESEL, V. *Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2006.
- GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R. da. *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2001.
- GERBER, Rose Mary (org.). *Narrativas sobre a Ação Jovem Rural na Epagri – 2012-2016: depoimentos e imagens*. Florianópolis: Epagri, 2016.
- LIMA, D.M.A.; WILKINSON, J. (org.). *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq, 2002.
- RENK, A.; DORIGON, C. *Juventude rural, cultura e mudança social*. Chapecó: Argos, 2014.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. *Marco de reassentamento involuntário*: Programa Santa Catarina Rural. 2009. Disponível em: <http://www.scrural.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/Marco-de-Reassentamento-Involunt%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2018.

SANTA CATARINA. *Manual operativo*: Programa Santa Catarina Rural. v. 1, ago 2014. Disponível em: [http://www.scrural.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/M\\_OPERATIVO\\_FINAL.pdf](http://www.scrural.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/M_OPERATIVO_FINAL.pdf). Acesso em: 20 mar. 2018.

SANTA CATARINA. *Avaliação de impacto dos empreendimentos de agregação de valor*: Programa SC Rural. 2016. Disponível em: [http://www.scrural.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/Relatório\\_final\\_avaliação\\_SC\\_Rural.pdf](http://www.scrural.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/Relatório_final_avaliação_SC_Rural.pdf). Acesso em: 20 mar. 2018.

SANTA CATARINA. *Relatório final: Programa SC Rural*. Florianópolis: Epagri, 2017a.

SCHENINI, P.C. *Políticas públicas*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2012.

SCHNEIDER, S.; GRISA, C. (org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

SCHNEIDER S.; SILVA M.K.; MARQUES P.E.M. (org.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SILVEIRA PAULILO, M.I.; SCHMIDT, W. (org.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

SILVESTRO, M.L. *et al. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: EPAGRI, 2001.

SOARES, J.C.V. *Empreendedorismo no meio rural: um estudo em uma cadeia produtiva de leite*. Curitiba: Appris, 2016.

TEDESCO, J.C. (org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.